



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

6. A Construção da Hegemonia Neoliberal no Brasil na Década de 1990: o Discurso da Globalização e Reestruturação Produtiva

Flávio Henrique Calheiros Casimiro^I

Este artigo visa discutir o processo de construção do projeto hegemônico neoliberal no Brasil, tendo como objeto, a atuação dos “intelectuais orgânicos” do Instituto Liberal. Nosso escopo parte da análise dos discursos contidos nos periódicos publicados pelo Instituto Liberal, Think Tank, entre 1997 e 1998. A abertura no bloco de poder com a redemocratização do país, abriu um espaço significativo para as lutas pela hegemonia de um novo projeto de sociedade. Nossa proposta é discutir a atuação de agentes e instituições, a partir dos discursos da globalização e reestruturação produtiva entendendo-os como mecanismos de naturalização das propostas neoliberais. A construção da hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida. Ressaltamos a relevância de se estudar a organização das classes dominantes no Brasil, como uma trincheira no sentido de desnaturalizar seus discursos difundidos e reproduzidos socialmente.

Palavras-Chave: Hegemonia Neoliberal, Globalização e Reestruturação Produtiva.

Construction of Neoliberal Hegemony in Brazil in the 1990s: the discourse of globalization and productive restructuring

This paper discusses the construction process of the neoliberal hegemony project in Brazil. Its object is the performance of Liberal Institute “organic intellectuals” and its scope is set to analyze the “Think Tank” journal speeches, published by the Liberal Institute between 1997 and 1998. The country democratization made space for a quest for the hegemony of a new project of society. We intend to discuss the actors and institutions roles within that conflict, understanding globalization and productive restructuring discourses as strategies aiming the naturalization of neoliberal proposals. Considering the hegemony construction as a historical construction based on daily struggles, we emphasize the importance of such a study as a strategy to denaturalize neoliberal discourses that have once been crystalized as natural.

Keywords: neoliberal hegemony, globalization, productive restructuring.



Recebido: 20/03/2012
Aprovado: 18/06/2012
Publicado: 10/03/2012

Introdução

O quadro conjuntural dos anos de 1980 e a transição para a Nova República apontam para um importante processo de transformações no cenário político-econômico e social brasileiro, constituindo-se como um contexto específico de lutas sociais e simbólicas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade. No bojo tais transformações, destacamos a atuação de “aparelhos privados de hegemonia”, na concepção gramsciana^{II}, como uma trincheira fundamental para os grupos dominantes na construção do consenso e na consequente construção de um projeto hegemônico neoliberal no Brasil.

Nesse sentido, tivemos a ação de determinados grupos no âmbito da sociedade civil, que buscaram naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa ação pedagógica de persuasão discursivo ideológica foi realizada por agentes e instituições, que investiram capital material e simbólico para defender seu posicionamento dominante no jogo político-econômico nacional. Como afirma Carla Luciana Silva, “essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação (...)”^{III}. Era preciso articular, entre si, os interesses das distintas frações do capital e é justamente nesse aspecto que apontamos o papel fundamental dos mecanismos midiáticos e da organização de outros “aparelhos privados de hegemonia”^{IV}, para a construção de consenso em torno do projeto neoliberal. A reprodução do capital necessita de atores que, em níveis diferenciados, agem nos debates políticos e sociais. A hegemonia pressupõe a luta constante de afirmação, ou seja, ela é historicamente construída e cotidianamente defendida. É nesse sentido que propomos o estudo em torno das ações pedagógicas do chamado Instituto Liberal (IL) nos anos de 1990.

O Instituto Liberal (IL), fundado em 1983, na cidade do Rio de Janeiro, pelo engenheiro e empresário Donald Stewart Jr., foi criado com o objetivo de difundir a visão de mundo neoliberal no Brasil. A partir da instauração da Nova República, o Instituto Liberal foi transformado em rede nacional, com sedes em São Paulo, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte Salvador e Recife. De acordo com o estudo realizado pela cientista social Denise Gros,

os Institutos Liberais foram criados por um grupo de empresários que se propuseram a realizar uma missão de longo prazo: divulgar as ideias liberais entre as elites brasileiras, dedicando-se à atividade política e ideológica de defesa dos preceitos do liberalismo^V.



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

Os Institutos Liberais desenvolveram uma série de estratégias de difusão ideológica neoliberal, objetivando capilarizar seu discurso por diversos setores e grupos sociais, principalmente naqueles considerados “formadores de opinião”, como políticos, empresários, professores universitários, jornalistas, militares e intelectuais simpatizantes da causa liberal. Nosso objetivo neste trabalho é analisar as estratégias dos neoliberais do IL, em seus discursos apresentados em um de seus mais expressivos mecanismos de atuação que foi a publicação do periódico Think Tank.

A revista Think Tank, criada em 1997, serviu como um importante mecanismo de difusão de estratégias propositivas do Instituto Liberal. Apesar de ter atuado em temas teóricos, o periódico do IL apresentou uma série de publicações de caráter propositivo e organizativo, diretamente relacionadas à questões específicas e interesses bem definidos dos representantes da burguesia nacional. Além disso, o editorial de Think Tank tratou de atuar efetivamente no sentido de cobrar por um ritmo mais acelerado das reformas neoliberais em andamento ou propostas no governo FHC. Nesse sentido, em cada número da revista Think Tank, era enviado em anexo, um “encarte especial”, cujo objetivo era uma discussão, de maior fôlego, em relação às propostas neoliberais para questões específicas como: número 1 - A lógica da Reforma Agrária no Brasil; número 2 – O Desemprego Tem Cura?; número 3 – Reforma Tributária ou Reforma Fiscal?; número 4 – Relações Trabalhistas no Brasil; número 5 – A Reforma do Sistema Eleitoral e Partidário na perspectiva Liberal.

A organização do periódico se deu por meio da criação de um Conselho de Administração formado por empresários ou, na concepção gramsciana, por “intelectuais orgânicos” do Instituto Liberal e um Conselho Editorial, responsável pela produção, seleção e organização das publicações do periódico. Abaixo temos a tabela com os membros do Conselho Administrativo da revista Think Tank:

As publicações da revista eram distribuídas gratuitamente entre os associados do Instituto Liberal, grandes empresas, associações comerciais, e instituições educacionais com uma tiragem de cerca de 3 mil exemplares. A revista também servia como veículo de divulgação para outras ações executadas pelo Instituto Liberal, como eventos e publicações de autores clássicos do liberalismo pelo IL. Sem dúvidas, o periódico Think Tank iniciado na segunda metade dos anos de 1990, configurou-se como uma das mais importantes e diversificadas ações de difusão ideológica elaborada pelo Instituto Liberal.



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

Com o já iniciado processo de abertura econômica e a almejada, pelos neoliberais, reestruturação produtiva, mobilizando novos setores do capital e reconfigurando os setores dominantes na economia nacional - a partir da inserção do capital estrangeiro e das novas pressões econômicas impostas pelos grupos econômicos estrangeiros - os setores da burguesia industrial, buscaram ampliar sua capacidade de acumulação de capital e aumentar sua capacidade competitiva, pressionando, para tanto, por uma adesão mais expressiva ao receituário neoliberal. Décio Saes afirma que “o empresariado industrial brasileiro assume uma posição oficial favorável ao programa de privatizações e lamenta inclusive que o ritmo de execução de tal programa não seja mais acelerado^{VI}”.

Reestruturação produtiva: a globalização e mercado financeiro

O programa de privatização e abertura econômica ao mercado financeiro internacional vincula-se estreitamente ao discurso da inevitabilidade da chamada “globalization” ou mundialização. Na argumentação neoliberal, a globalização seria um processo fruto das transformações “naturais” da economia de mercado e do desenvolvimento tecnológico, que num processo quase “evolutivo”, transbordaram “beneficamente” para um plano internacional. Na reportagem de capa do primeiro número da revista Think Tank de julho de 1997, o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso fala das perspectivas para o Brasil e América Latina no contexto da globalização. De acordo com FHC, o mundo estaria passando por um importante processo de transformações movidas pela globalização, onde teríamos,

a afirmação crescente dos valores democráticos e dos direitos humanos; a autêntica revolução dos padrões de produção, em função do surgimento de um novo paradigma, definido pelo ritmo da inovação tecnológica e pela internacionalização dos processos produtivos; o surgimento de temas de caráter global, que ultrapassam a capacidade de influência de cada país isoladamente, apresentando desafios de natureza global, como o da proteção ao meio ambiente ou o dos fluxos internacionais de capital^{VII}.

Dessa forma, o discurso da globalização é naturalizado pelos neoliberais como algo irrefutável, indiscutível e imprescindível para um país que almeja sua “modernização” e desenvolvimento econômico, social e civilizatório.



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

A marxista Ellen Meiksins Wood, discute e critica a existência de uma espécie de historiosofia burguesa que entende e defende que o capitalismo sempre esteve presente na história da humanidade, seja como latência, seja de forma embrionária, agrilhoadada por constrangimentos culturais ou políticos, mas sempre presente, como tendência imanente da história ou da natureza humana, tendência que só se expressou plenamente no capitalismo^{VIII}. É na lógica desse tipo de concepção burguesa que se faz naturalizar a ideia de que não haveria alternativas ao capitalismo, pois esse, representaria um estado mais evoluído de relações econômicas e sociais que sempre estiveram presentes na história da humanidade.

No discurso neoliberal, a inserção do País na nova ordem do capital mundializado seria uma necessidade vital para os países em desenvolvimento e demandaria novas formas de gestão do capital para a necessária (na visão dos neoliberais) “reestruturação produtiva”. A mundialização estaria além das decisões políticas estatais individuais e, o mais importante, seria ditada pela velocidade das transformações tecnológicas. O discurso neoliberal dissocializa a tecnologia, como se essa se auto reproduzisse automaticamente, como se não fossem os agentes sociais que as criassem ou conduzissem a sua utilidade. Como nos lembra Pierre Bourdieu, a globalização econômica “não é um efeito mecânico das leis da técnica ou da economia, mas produto de uma política conduzida por um conjunto de agentes e de instituições e o resultado da aplicação de regras deliberadamente criadas para fins específicos, a saber a liberalização do comércio (...)”^{IX}. Ou seja, o chamado “mercado mundial” é uma criação política. Fernando Henrique Cardoso afirma que,

deve mencionar-se a importância de nossa inserção externa. Não se trata aqui de uma questão teórica, distante da vida cotidiana dos cidadãos. Com a globalização dos mercados e dos processos produtivos, com as inovações constantes na tecnologia de comunicações, a relação dos países com o mundo é cada vez mais um elemento essencial de seu projeto de desenvolvimento^X.

José Wilson Simeira Jacob, membro do Instituto Liberal, afirmava em Think Tank de fevereiro de 1998, que a globalização surgiria, então, como um imperativo: “ou se entra nessa onda (a terceira onda de Toffler) ou se auto condena à condição de miséria das economias fechadas, autárquicas. Ou se participa de um grande mercado e se concorre para receber os investimentos internacionais ou se fica à margem da história^{XI}”. É a força de um discurso alicerçado em interesses imperialísticos e travestido de uma roupagem progressista e popular,



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

na medida em que, defende as forças da livre concorrência e do mercado mundial como sendo verdadeiramente redistributivas dos benefícios e do bem-estar material, que seria apenas proporcionado por meio da acumulação de capital. Como afirma Bourdieu, “se a visão neoliberal é difícil de combater com eficácia, é porque, conservadora, se apresenta como progressista e pode remeter para o lado do conservadorismo, senão do arcaísmo, todas as críticas e nomeadamente aquelas que tomam por alvo a destruição das conquistas sociais do passado^{XII}”.

No discurso neoliberal, aqueles que não aderem ao processo inevitável da globalização são renegados à marginalidade, não somente do capitalismo, mas da própria história. José Wilson Jacob pressiona pela necessidade de adesão urgente à uma “economia globalizada”, dizendo que “uma nova onda está passando, e desta vez em nossa direção. O tempo da nossa reação é que vai determinar o destino da próxima geração ou... se vamos aguardar a próxima onda... se existir!^{XIII}”. Bourdieu ressalta que a globalização “é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma 'ideia-força', uma ideia que tem força social, que realiza a crença^{XIV}”. Nesse sentido, o discurso da globalização acaba funcionando como doxa e servindo de estratégia de consenso nas lutas simbólicas pela construção da hegemonia do projeto de sociedade neoliberal no Brasil. O membro e diretor do Instituto Liberal conclui sua matéria com um fragmento extraído da revista *The Economist*, de dezembro de 1997 que aborda sobre o fim do século XX:

Quando alguém olha para um século atrás o que surpreende não é o quanto o mundo mudou, mas quão pouco... um século atrás o mundo estava a um passo de um novo tempo de prosperidade, movido por fantásticas tecnologias novas, propagadas por uma inundação de comércio através de fronteiras... e então, o mundo saltou para trás, na mais obscura confusão jamais conhecida. Vamos lembrar e prevenir. A história não repete a si mesma, mas ela pode ensinar^{XV}.

A ideia é de que teríamos uma chance rara, quase única, de aderirmos aos países “bem-sucedidos” do capitalismo mundial, e se não agíssemos rapidamente perderíamos a “onda” que nos levaria ao “progresso”. Assim, o discurso neoliberal tenta se apropriar e ressignificar fatos históricos no intuito de justificar uma abertura econômica irrestrita e o aprofundamento do já iniciado processo de “reestruturação produtiva”. O programa de abertura e privatizações realizado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso ainda não caminhava no ritmo e



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

intensidade esperados pelos neoliberais. Dessa forma, eles armavam-se das mais diversificadas estratégias para pressionar pela adesão mais efetiva de um programa amplo de privatizações, e abertura econômica ao capital estrangeiro. Sobre essa “naturalidade” e fatalismo presente no discurso da chamada globalização, Pierre Bourdieu nos diz que,

tudo que é citado sob o nome, ao mesmo tempo descritivo e normativo de mundialização é efeito não de uma fatalidade econômica, mas de uma política, consciente e deliberada, embora as mais das vezes inconsciente das suas consequências. Completamente paradoxal, uma vez que se trata de uma política de despolitização, esta política, que recorre sem vergonha ao léxico da liberdade – liberalismo, liberalização, desregulamentação -, visa conferir uma supremacia fatal aos determinismos econômicos, libertando-os de qualquer controle e obter a submissão dos governos e dos cidadãos às forças econômicas e sociais assim “libertadas”^{XVI}.

A partir do discurso naturalizado da globalização é importante perceber a mobilização e atuação do mercado financeiro e bancário, uma vez que, a adesão às propostas neoliberais representariam transformações diretas no setor financeiro, por meio da entrada, tanto de capital, como também de grandes instituições bancárias estrangeiras na disputa pelo capital nacional. A volatilização dos fluxos de capitais, com a economia cada vez mais internacionalizada, fomentou o fortalecimento de um mercado especulativo no Brasil na década de 1990, cujos resultados de sua atuação foi a transformação do mercado nacional em uma espécie de “hotel de capitais”, onde os investidores estrangeiros brincavam no jogo de valorização e desvalorização no mercado, nos índices das bolsas e do chamado “risco Brasil”. Esse sistema favoreceu demasiadamente os grandes investidores estrangeiros e especuladores. A economia, cada vez mais volátil, afasta-se dos verdadeiros processos produtivos e cria uma espécie de riqueza imaginária ou virtual. Sistema esse, orquestrado pela força imperialista dos Estados Unidos da América e pela suposta “neutralidade” das agências internacionais como o FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio. Como afirma Pierre Bourdieu,

a unificação do campo mundial através da imposição do reino absoluto do livre câmbio, da livre circulação do capital e do crescimento orientado para a exportação apresenta a mesma ambiguidade que a integração no campo econômico nacional de outrora: ao mesmo tempo que se reveste de todas as aparências de uma



Recebido: 20/03/2012
Aprovado: 18/06/2012
Publicado: 10/03/2012

espécie de ecumenismo que justifica através da difusão universal dos estilos de vida cheap da “civilização” do McDonald's, do jeans e da Coca-Cola, ou da “hegemonização jurídica”, muitas vezes tida por um índice positivo de globalization, este “projeto de sociedade” serve os dominantes, ou seja, os grandes investidores, que ao mesmo tempo que se situam acima dos Estados, podem contar com os grandes Estados, e em particular com o mais poderoso dentre eles em termos políticos e militares, os Estados Unidos, e com as grandes instituições internacionais, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio, que eles controlam, para garantir as condições favoráveis à condução das suas atividades econômicas^{XVII}.

No contexto brasileiro da virada para os anos de 1990, no que tange o campo político, a posição do sistema bancário, como não poderia ser diferente, se manifestou a favor dos setores do capital da sociedade brasileira. As políticas neoliberais, em grande medida, correspondiam aos interesses econômicos dos banqueiros. “Os grandes bancos nacionais – um capital de natureza pré financeira – querem a execução de uma política estatal neoliberal, desde que esta não contemple uma abertura incondicional do setor financeiro ao capital estrangeiro^{XVIII}”. Essa abertura incondicional afetaria diretamente seus interesses de acumulação de capital. No plano partidário, a tendência dominante entre a classe dos banqueiros manteve-se no apoio aos partidos conservadores. Como nos diz Décio Saes, esse apoio sustentou “a Arena na fase bipartidária, o PDS ou o efêmero PP no início do pluripartidarismo, o PFL ou mesmo o PDS na Nova República. Todavia, não se consolidou no país nenhum 'partido dos banqueiros' capaz de propor ao conjunto das classes sociais um programa político específico^{XIX}”.

A Constituição Federal de 1988 foi severamente atacada pelos neoliberais, a partir de sua aprovação, como altamente reguladora e restritiva da competição. Em artigo publicado na revista Think Tank de julho de 1997, o Instituto Liberal defende um projeto de abertura econômica brasileira, discutindo o caráter intervencionista da Constituição. No artigo, o IL cita dois exemplos que ilustrariam a regulamentação exacerbada suposta como responsável pela inibição da entrada de novas empresas no mercado nacional:

tanto o Art. 192 da Constituição Federal, como no projeto de lei complementar, referem-se a tratamento ao capital estrangeiro (Art. 192, Alínea III; projeto de lei complementar, Art. 3º) e



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

aos critérios restritivos da transferência da poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento^{XX}.

O Instituto Liberal utilizou-se de várias ações pedagógicas no intuito de descaracterizar a carta constituinte de 1988. Apesar de toda crítica por parte de representantes da burguesia e apesar de a Constituição abarcar interesses de uma frente ampla, incorporando, pelo menos em tese, demandas advindas dos movimentos sociais, o documento constitucional não representou um efetivo obstáculo aos interesses do capital e ao desenvolvimento de políticas neoliberais. Mesmo contemplando, no texto da carta, as demandas sociais próximas de um modelo de bem estar social, na prática, tais direitos foram facilmente negligenciados ou burlados por meio de mecanismos como emendas constitucionais ou medidas provisórias. Como nos mostra Décio Saes,

ora, a democracia limitada de 1988 serve concretamente a esse novo arranjo do sistema de interesses monopolistas. Isso significa especificamente que tal formato institucional não se constituiu, até agora, em obstáculo à formação de governos (como os de Collor e de Fernando Henrique Cardoso) cuja política – privatizações, desregulamentação, abertura econômica etc. - é prioritariamente orientada pelos interesses do capital financeiro internacional. Num contexto histórico em que a subordinação ideológica das massas brasileiras – e não apenas destas – chega ao extremo da “aceitação” do programa político neoliberal (hostil, como se sabe, a qualquer proposta de preservação ou construção de um Welfare State), a adequação prática da democracia limitada de 1988 aos desígnios do capital financeiro internacional parece, à primeira vista, garantir a estabilidade dessa variante de democracia capitalista no médio prazo^{XXI}.

Conclusão

A organização das classes e frações de classe burguesa em aparelhos privados de hegemonia, como discutimos ao longo de nosso estudo, representam, em grande medida, a mobilização de uma “contra ofensiva” dos grupos conservadores em face da organização e fortalecimento dos movimentos sociais e das esquerdas no contexto brasileiro desde meados dos anos de 1970. A abertura no bloco de poder com o processo de redemocratização do País abriu, também, um espaço significativo para as lutas pela hegemonização de um novo projeto de sociedade. Esse



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

quadro, em desenvolvimento desde meados dos anos de 1970, forçou novas formas de atuação das classes dominantes e a reconfiguração de suas bases de poder.

Dessa forma, a atuação dos meios midiáticos, assim como de agentes e instituições, como o Instituto Liberal, tem como objetivo naturalizar o discurso neoliberal como imprescindível ou, mais, como inevitável. E, para tanto, estratégias discursivas como a ideia força chamada “globalização” e “reestruturação produtiva”, funcionam como mecanismos importantes, e conscientemente difundidos e reproduzidos para legitimar seus diagnósticos e propostas de sociedade com base na teoria neoliberal. O grande segredo da eficácia simbólica do discurso está no fato de funcionar como doxa, isto é, como uma verdade tida como evidente e aceita sem ter a razão como princípio, aquilo que é pressuposto, posto aquém da luta e, mesmo, da reflexão. É no universo produzido pela doxa que o sentido do mundo ganha força, não apenas na forma de representação das coisas, mas como um modo por meio do qual se pode ser, ver e agir no mundo, ou seja, um modo de pensar/agir socialmente incorporado como habitus. Como afirma Bourdieu “a transição para o ‘liberalismo’ se faz de maneira insensível e imperceptível, como a deriva dos continentes, ocultando assim, seus efeitos mais terríveis em longo prazo^{XXII}”.

Por fim, ressalto a relevância de se estudar a organização das classes dominantes no Brasil, como uma trincheira no sentido de desnaturalizar seus discursos e propostas difundidos e reproduzidos socialmente. Se as lutas sociais também são travadas no plano do discurso ou nas lutas simbólicas, é fundamental compreendermos as formas com as quais os grupos dominantes se organizam e articulam suas ações e estratégias, pois como afirma Pierre Bourdieu, “contra essa doxa, parece-me, é preciso defender-se, submetendo-a à análise e tentando compreender os mecanismos segundo os quais ela é produzida e imposta^{XXIII}”.

Notas

^ILicenciado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, Mestre em História pela Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. Diretor Executivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

^{II}GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.



Recebido: 20/03/2012

Aprovado: 18/06/2012

Publicado: 10/03/2012

^{III}SILVA, Carla Luciana Souza da. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005, p. 19.

^{IV}Enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia”, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p. 77.

^VGROS, Denise Barbosa. Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6), p. 14

^{VI}SAES, Décio. A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2001, p. 88.

^{VII}THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997, p. 12.

^{VIII}WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo. São Paulo: Boitempo. 2006.

^{IX}BOURDIEU, Pierre. Contrafogos:táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 83.

^XTHINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997, p. 12.

^{XI}THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 3, fevereiro, 1998, p. 20.

^{XII}BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Portugal: Celta Editora, 2001, p. 40.

^{XIII}THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 3, fevereiro, 1998, p. 22.

^{XIV}BOURDIEU, Pierre. Contrafogos:táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.48.

^{XV}THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 3, fevereiro, 1998, p. 22.

^{XVI}BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Portugal: Celta Editora, 2001, p. 45.

^{XVII}BOURDIEU, Pierre. Contrafogos 2: por um movimento social europeu. Portugal: Celta Editora, 2001, p. 91.

^{XVIII}SAES, Décio. A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2001, p. 131.

^{XIX}SAES, Décio. A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2001, p. 59.

^{XX}THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997, p. 7.

^{XXI}SAES, Décio. A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo. 2001, p. 130.

^{XXII}BOURDIEU, Pierre. Contrafogos:táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 146.



Recebido: 20/03/2012
Aprovado: 18/06/2012
Publicado: 10/03/2012

^{xxiii}BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.45.

Fontes Primárias

Periódico Think Tank do Instituto Liberal de 1997 a 1998.

THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 1, julho, 1997.

THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 2, novembro, 1997.

THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 1, n. 3, fevereiro, 1998.

THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 4, julho, 1998.

THINK TANK. São Paulo: Instituto Liberal/SP, Ano 2, n. 5, setembro, 1998.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Portugal: Celta Editora, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heureser, 2003. (teses FEE n. 6).

SAES, Décio. **A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2001.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)**. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2005.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo. 2006.